



## Ação civil pública será estendida a grupos étnicos

Arquivo Senado



Segue para sanção projeto que amplia uso do instrumento jurídico para proteção da honra de segmentos minoritários

O Senado aprovou ontem substitutivo a projeto do ex-senador Abdias Nascimento (1914-2011) que permite ao Ministério Público e a outras entidades defender a dignidade de grupos raciais ou religiosos. Atualmente a ação civil pública é usada em casos como dano ao meio ambiente e ao consumidor. **10**

O projeto original foi apresentado em 1997 por Abdias Nascimento, que se tornou conhecido pela luta em prol da população afrodescendente



Lio de Paula/Agência Senado

Vanessa discursa na sessão: símbolo da integração entre os gêneros foi desenhado no carpete do Plenário

## Começa hoje a campanha Mais Mulher na Política

Ao lado de Renan Calheiros, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, apresentou peças

publicitárias que vão ao ar até 30 de junho em rede nacional de rádio e TV para incentivar a candidatura feminina. **9**

Vai à Câmara projeto que aumenta controle sobre gestão do FGTS **6**

Senadores divergem sobre parecer do TCU em relação à dívida dos estados **5**

Avança texto que impede prisão de avós devedores de pensão alimentícia **8**



Moreira Mariz/Agência Senado

## Petrobras e Caixa serão auditadas pelo TCU

Requerimentos de senadores do PSDB preveem a fiscalização de gastos com a construção de petróleo e na carteira do Fundo de Investimentos do FGTS. Compra de refinaria nos Estados Unidos pela Petrobras em 2006 gerou debate em Plenário. **3**

Eduardo Braga diz que o Planalto apoia a apuração das denúncias



Petio Franco/Agência Senado

Aécio Neves cobra explicações do governo sobre compra de refinaria

Sessão e audiência celebram o Dia Internacional da Síndrome de Down **2**

Municípios têm dificuldade para construir aterros sanitários **11**

Congresso abre hoje exposição sobre ditaduras na América Latina **12**

# quintas Femininas

### Avanço das Estruturas Legislativas relacionadas às mulheres

#### Palestrantes:

Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora da Mulher do Senado  
Deputada Elcione Barbalho, Procuradora da Mulher da Câmara  
Deputada Jô Moraes, Coordenadora da Bancada Feminina  
Representantes da SPM, SEPIR, ONU Mulheres, Banco Mundial, NEPEM

Data: 20 de março de 2014  
Horário: 14h30  
Local: Interlegis

Mais informações: 3303-1710/1713

Transmissão: www.interlegis.leg.br

Alô Senado: 0800 61 22 11



Secom — Criação e Marketing

# Sessão especial marca o Dia da Síndrome de Down

Antes da homenagem em Plenário, direitos e políticas públicas serão debatidos em audiência interativa da Comissão de Direitos Humanos, com participação aberta pela internet e por telefone

O PLENÁRIO PROMOVE hoje, às 12h, sessão especial para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março). A iniciativa é de Wellington Dias (PT-PI), Renan Calheiros (PMDB-AL), Lindbergh Farias (PT-RJ) e outros senadores. Devem participar da solenidade a coordenadora-geral do Movimento Down, Maria Antônia Goulart, além de representantes de várias entidades ligadas ao tema.

Antes do Plenário, às 8h30, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz audiência interativa para debater direitos e políticas públicas para pessoas com Down.

Na sessão especial do Plenário, estarão presentes o diretor do filme *Colegas*, Marcelo Galvão, o produtor Marçal Souza, os três protagonistas do filme, Ariel Goldenberg (Stallone), Rita Pokk (Aninha), Breno Viola (Márcio) e outros profissionais da produção.

*Colegas* é uma comédia que mostra três jovens amigos com síndrome de Down, apaixonados por cinema, que resolvem fugir do instituto no qual viviam em busca de sonhos: Stallone quer ver o mar, Márcio deseja voar e Aninha quer se casar. Eles partem do interior



Crianças com a síndrome podem ter desenvolvimento intelectual considerável

de São Paulo para Buenos Aires e envolvem-se em situações inusitadas.

Após a sessão especial, será aberta oficialmente a exposição *Lucio, Artista, Lúcido Pintor*, de Lucio Piantino, jovem artista brasileiro com Down. A exposição já pode ser visitada no Salão Branco do Congresso, mais conhecido como Chapelaria, até amanhã.

## Articulação brasileira

Instituído pela ONU a partir de 2006, o Dia Internacional da Síndrome de Down só foi aprovado pela Assembleia Geral da ONU depois de articulação do governo e de parlamentares brasileiros. A comemoração foi proposta pela Associação Internacional da Síndrome de Down e é uma referência

à trissomia no cromossomo 21, alteração genética que gera um cromossomo extra no DNA, devido a uma separação incomum dos cromossomos 21 herdados dos pais. A criança nasce dotada de três cromossomos (trissomia) 21, e não dois, como o habitual.

A denominação vem do sobrenome do médico inglês John Langdon Down, que, em 1866, fez as primeiras observações sobre o grupo, abrindo espaço para estudo.

A síndrome não é uma doença. É uma ocorrência genética natural que acontece por motivos desconhecidos, na gestação, durante a divisão das células do embrião. A alteração genética afeta o desenvolvimento do indivíduo, determinando algumas características físicas e cognitivas peculiares.

O portador da síndrome pode ter um desenvolvimento intelectual considerável em várias áreas do conhecimento. A inclusão social melhora a qualidade de vida, por isso a importância de crianças com a síndrome poderem frequentar escolas comuns.

## ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ <b>Tempo real (e-Cidadania):</b> <a href="http://bit.ly/CDHSindromeDownEC">http://bit.ly/CDHSindromeDownEC</a>	▶ <b>Tempo real (Alô Senado):</b> <a href="http://bit.ly/CDHSindromeDownAS">http://bit.ly/CDHSindromeDownAS</a>
▶ <b>Portal e-Cidadania:</b> <a href="http://www.senado.leg.br/ecidadania">www.senado.leg.br/ecidadania</a>	▶ <b>Alô Senado:</b> <a href="http://www.senado.leg.br/alosenado">www.senado.leg.br/alosenado</a>
▶ <b>Facebook:</b> eCidadaniaSF	▶ <b>Facebook:</b> alosenado
▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania #CDHSenado #SíndromeDeDown	▶ <b>Twitter:</b> @AloSenado
▶ <b>TV:</b> <a href="http://www.senado.leg.br/TV">www.senado.leg.br/TV</a>	▶ <b>Alô Senado:</b> 0800 612211
▶ <b>Taquigrafia:</b> <a href="http://bit.ly/notasCDHSindromeDown">http://bit.ly/notasCDHSindromeDown</a>	

## Site recebe denúncias sobre sistema de saúde, destaca Davim

O lançamento do site colaborativo Caixa-Preta da Saúde, na semana passada, pela Associação Médica Brasileira (AMB), foi elogiado por Paulo Davim (PV-RN). O objetivo, explicou o senador, é que o site sirva de ponto de registro de queixas de usuários do sistema de saúde público e privado no Brasil.

Qualquer cidadão que procure uma unidade básica de saúde e não seja atendido devidamente ou não tenha acesso ao tratamento demandado pela falta de profissionais, medicamentos ou exames poderá registrar a reclamação no site [www.caixapretadasaude.org.br](http://www.caixapretadasaude.org.br), ressaltou Davim.

— E quem está apresentando a denúncia, os registros não é a entidade médica. É o paciente que vai fotografar, filmar, fazer o registro de como foi atendido em sua unidade de saúde nos mais longínquos rincões do Brasil — disse.

## Jayme propõe que casas de saúde exibam tabela de preços

Em discurso ontem no Plenário, o senador Jayme Campos (DEM-MT) anunciou a apresentação, na terça-feira, de projeto de lei (PLS 92/2014) com o objetivo de obrigar os estabelecimentos de saúde a exibirem tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

— O cliente de laboratórios, clínicas, profissionais liberais, hospitais e congêneres que buscam a descrição e o valor de consultas e procedimentos médicos normalmente não obtêm respostas satisfatórias e não raro se surpreendem com a complexidade dos cálculos, com a obscura visibilidade dos custos agregados e com as altas cifras que os envolvem — disse Jayme.

O projeto foi enviado para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde pode receber emendas nos próximos cinco dias úteis.

## Criada comissão permanente de perícia médica do SIS

O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, instituiu ontem a Comissão Permanente de Perícia Médica prevista na Resolução 35/2012, que reformulou o regulamento do SIS (plano de saúde dos servidores do Senado).

A comissão é encarregada de auditar as faturas apresentadas pelas instituições médicas e fazer perícia antes e depois de procedimentos solicitados pelo beneficiário.

De acordo com a Diretoria-Geral do Senado, a comissão tem por objetivo “racionalizar os processos periciais do SIS e melhorar o controle dos custos”.

## Proposta quer tornar visível a luta dos ostomizados

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem proposta que torna obrigatória a afixação, de forma visível, do Símbolo Nacional da Pessoa Ostomizada em locais adaptados, principalmente banheiros. O objetivo é tornar visível a luta dos ostomizados. A ostomia é uma cirurgia no abdômen que cria comunicação entre um órgão interno e o exterior do corpo para eliminação de dejetos, feita por meio de uma bolsa coletora. O parecer de Paulo Paim (PT-RS) é favorável.



## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Síndrome de Down

12h Sessão especial para lembrar o Dia Internacional da Síndrome de Down. Logo após, abertura de exposição no Salão Branco. Às 14, sessão plenária.

### PRESIDÊNCIA Sessão especial

12h Renan Calheiros preside sessão especial sobre o Dia Internacional da Síndrome de Down; às 15h30, recebe o presidente do Senado austríaco, Michael Lampel; às 16h, preside a ordem do dia.

### CRA Dívidas

8h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência pública para discutir o endividamento dos pequenos e médios produtores rurais do Nordeste.

### CDH Síndrome de Down

8h30 Em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, políticas públicas para pessoas com síndrome de Down.

### CCJ Antifurto

9h A comissão examina, entre outros itens, a obrigatoriedade de dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas em caixas eletrônicos em caso de violação.

### CRE Ministro do Desenvolvimento

10h Audiência interativa sobre a agenda do Mercosul para este ano, com a presença do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mauro Borges.

### CAS Contabilidade

10h30 A comissão ouve o presidente da Federação dos Contabilistas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Luiz Sérgio Lopes, sobre a proposta de extinção da profissão de técnico em contabilidade.

### EXPOSIÇÃO Luta contra o golpe

11h Abertura da exposição *Onde a Esperança se Refugiou*, promovida pela Presidência do Senado e pelo gabinete do senador Pedro Simon, no Salão Negro.

### DESENVOLVIMENTO Reforma urbana

14h Subcomissão promove debate sobre os desafios da reforma urbana com parlamentares, administradores e sociedade civil em Porto Alegre.

### CMO Prestação de contas

15h Na pauta, prestação de contas dos dois últimos anos (2009 e 2010) do governo Lula e dos dois primeiros anos (2011 e 2012) do governo Dilma Rousseff.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**; e, às 10h, audiência pública da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **audiência da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



O líder do governo, Eduardo Braga (C), afirmou em Plenário que o governo da presidente Dilma apoia a apuração de denúncias com absoluta transparência

## Plenário autoriza TCU a promover auditorias na Petrobras e na Caixa

Requerimentos de senadores do PSDB preveem a fiscalização de gastos com a construção de petroleiro e nos investimentos do FI-FGTS

O PLENÁRIO DO Senado aprovou dois requerimentos para que o Tribunal de Contas da União (TCU), na condição de órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle e na fiscalização da administração pública, realize auditoria nos gastos feitos pela Petrobras para a construção do petroleiro João Cândido e na carteira do Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), administrada pela Caixa Econômica Federal.

De acordo com Alvaro Dias (PSDB-PR), a construção do navio João Cândido foi marcada por irregularidades. Segundo ele, foram detectados problemas técnicos que comprometeram a estrutura do petroleiro, bem como superfaturamento nos gastos, que alcançaram mais que o dobro das previsões de mercado.

Em relação à auditoria da Caixa, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) destacou que, conforme anunciado na imprensa, o banco está utilizando o patrimônio dos trabalhadores, o FGTS, para fazer investimentos sem transparência.

— O Fundo de Investimentos, que possuía R\$ 28 bilhões no fim de 2013, na prática tornou-se uma espécie de mini-BNDES, reforçando os investimentos em companhias nas quais o banco já aplica — disse.

Também foram aprovados requerimentos para realização de auditorias nos contratos de publicidade oficial celebrados entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e empresas privadas, nos anos de 2011 e 2012; nos repasses financeiros feitos pelo governo federal, por quaisquer de seus entes, à ONG Koinonia — Presença Ecumênica e Serviço, desde 2003; e na Petrobras, para verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a veracidade factual das chamadas operações de exportação de plataformas realizadas pela empresa de 2011 até a presente data.

### Aquisição de refinaria gera longo debate

A notícia de que a presidente Dilma Rousseff votou favoravelmente à compra, pela Petrobras, de uma refinaria no Texas (EUA) em 2006 gerou intenso debate no Plenário ontem.

A operação ocorreu quando a presidente, então ministra-chefe da Casa Civil, comandava o Conselho Administrativo da Petrobras. A compra teria resultado em prejuízo superior a US\$ 1 bilhão à estatal.

Segundo nota da Presidência da República, o conselho da estatal baseou-se em um parecer técnico que, soube-se depois, estava incompleto e continha informações falhas nos aspectos técnicos e jurídicos.

Segundo Aécio Neves (PSDB-MG), que cobrou explicações do governo federal, apesar disso, nem mesmo o responsável pelo parecer, Nestor Cerveró, foi punido. Ele hoje é diretor-financeiro da BR Distribuidora.

— Por que uma refinaria obsoleta, que não tinha condições de refinar o petróleo pesado brasileiro, adquirida em 2005 por US\$ 42,5 milhões, foi adquirida em 50% de sua participação por US\$ 360 milhões e, alguns anos depois, a outra parte por US\$ 830 milhões?

Não há justificativa que não seja a gestão temerária do patrimônio — afirmou.

A aquisição é investigada pela Polícia Federal, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público e pelo Congresso por suspeita de superfaturamento e evasão de divisas.

#### “Oportunista”

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que até o momento não se pode afirmar que a aquisição tenha sido danosa para a Petrobras.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) perguntou ao senador tucano por que ele não tratou do tema antes, “da mesma forma dramática”, e classificou o pronunciamento do parlamentar de oportunista.

Em resposta, Aécio lembrou que foram feitos vários requerimentos de informação à Petrobras e diversas ações junto aos órgãos de fiscalização, como a Procuradoria-Geral da República. Segundo ele, foi exatamente a ação do PSDB que fez com que os inquéritos fossem abertos.

Líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou que o Planalto apoia a apuração das falhas com absoluta transparência. Ele garantiu a aprovação de requerimentos

apresentados pelos tucanos Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Alvaro Dias (PR) para que o TCU e a Controladoria-Geral da União (CGU) informem ao Senado todos os atos praticados pela Petrobras.

— O governo da presidenta Dilma tem compromisso em combater qualquer tipo de malfeito — afirmou.

Aloysio Nunes, porém, apontou a “incompetência” da presidente pela negociação e cobrou uma investigação rigorosa.

— A presidente Dilma falhou. Não foi o parecer jurídico, foi ela. Um caso desse você não arma sozinho, precisa de cumplicidade — disse.

José Agripino (DEM-RN) ressaltou que Dilma foi eleita com a imagem de uma gestora competente e que, por isso, tem a obrigação de conhecer a Lei das S.As., que reserva ao dirigente a responsabilidade pelos atos que pratica em nome da empresa.

Cícero Lucena (PSDB-PB) questionou qual seria o comentário de um prefeito do interior que, por ser de oposição, normalmente tem as contas auditadas, fiscalizadas e, muitas vezes, incriminadas de forma injusta.

— Cadê os órgãos de controle interno e fiscalização? — indagou.



À Mesa, Renan Calheiros e Flexa Ribeiro ouvem discurso de Aécio Neves, que cobrou explicações do governo

### Aloysio cobra dados de aluguéis pagos pelo governo

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), quer informações detalhadas sobre os imóveis alugados pela administração pública federal. Protocolado ontem na Secretaria-Geral da Mesa, o requerimento é dirigido à ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Aloysio acusa o governo de aumentar os gastos com locações devido ao incremento desnecessário no número de ministérios e secretarias.

— Essa expansão, muitas vezes com o objetivo de acomodar a base política, acabou por ter um reflexo imediato no aluguel de imóveis, muitos dos quais luxuosos, caríssimos e de interesses duvidosos.

Aloysio cita pagamentos ao Grupo SKS, ao qual o Ministério da Cultura destinou R\$ 13,5 milhões desde 2011, referentes ao aluguel de espaços em Brasília. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) teria repassado ao mesmo grupo R\$ 4,8 milhões, também pela locação de salas.

O senador protocolou o pedido de informações depois de *O Estado de S. Paulo* revelar, na terça-feira, que a equipe da campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff vai trabalhar em salas pertencentes ao grupo SKS.

### Saúde indígena

Aloysio apresentou ainda requerimento para que a Controladoria-Geral da União (CGU) encaminhe, em 30 dias, cópias das auditorias em programas da saúde indígena, sob responsabilidade do Ministério da Saúde. Segundo ele, a CGU identificou gastos irregulares de R\$ 6,5 milhões, a maior parte em 2011 e 2012, quando a pasta era comandada por Alexandre Padilha, que deixou o cargo para concorrer ao governo paulista.

Entre os problemas apontados, estão o pagamento de diárias por viagens que não ocorreram, gastos com locação de veículos sem comprovação e pagamento em duplicidade de equipes.

O senador também protocolou requerimento para que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, envie informações sobre a participação do investimento externo na dívida mobiliária federal.

## Ivo Cassol defende diálogo de partidos na eleição estadual



Meretia Mariz/Agência Senado

Ao comentar o processo pré-eleitoral em Rondônia, Ivo Cassol (PP-RO) recomendou aos partidos que renovem a mentalidade e reúnam esforços para resgatar a autoestima do estado. Ele citou evento do PP realizado sábado em Ji-Paraná, que discutiu o processo eleitoral deste ano e teve a presença de membros de outras legendas como PPS, PSDC e PROS. Para Cassol, a abertura para o diálogo entre partidos não implica coligações.

— Essa antecipação das convenções é igual a um namoro. Não quer dizer que o namoro do jovem vai virar casamento. Mas, a partir do momento em que se entrosa mais, se discute mais, se conversa mais, com certeza o resultado para a sociedade é muito maior — opinou.

O senador também agradeceu as homenagens que tem recebido do povo de Rondônia, o que considera uma avaliação positiva de seu período como governador do estado (2003–2010).

## Raupp pede auxílio da União para reconstruir Rondônia



Pedro França/Agência Senado

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao governo federal mais recursos para a reconstrução de Porto Velho e de outras cidades de Rondônia, como Guajará-Mirim e Nova Mamoré, que foram fortemente atingidas pela enchente do Rio Madeira.

Raupp registrou a visita da presidente Dilma Rousseff a Rondônia, no sábado, quando ela sobrevoou as áreas atingidas pela enchente. O senador informou que o nível das águas do Rio Madeira já passa dos 19 metros, o que faz desta a maior enchente dos últimos 100 anos.

— Resta-nos socorrer as pessoas atingidas, diminuir o prejuízo, dar dignidade a essas famílias que se amontoam nos alojamentos, quase 15 mil pessoas — disse.

No mesmo discurso, o senador comemorou decisão da Justiça de revogar liminar que impedia a construção da estrada de 11 quilômetros que vai tirar alguns municípios do isolamento causado pelas enchentes.

# Comissão adia decisão sobre regime simplificado

Pronto para votação, parecer da senadora Gleisi Hoffmann estende o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para todas as licitações e contratos da União, estados e municípios

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 630/2013, que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), adiou ontem, mais uma vez, a votação do relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

O presidente do colegiado, deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), suspendeu a reunião até a próxima terça-feira. Desde a quarta-feira da semana passada, o relatório está na pauta da comissão, sem ser votado, por causa de divergências em torno das mudanças propostas pela relatora.

A proposta inicial enviada pelo governo previa que o RDC fosse ampliado apenas para obras do sistema prisional. O parecer de Gleisi estende o RDC para todas as licitações e contratos da União, estados e municípios. Esse regime prevê prazos mais curtos e procedimentos simplificados para a contratação de obras e serviços de engenharia pela administração pública.

### Seguro

Depois das discussões da terça-feira, a senadora manteve a possibilidade de o contrato de obra e serviço de engenharia prever um seguro-garantia para execução das obras em casos como o não cumprimento de prazos e custos previstos. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) queria que o seguro fosse obrigatório.

De acordo com a nova versão apresentada ontem por Gleisi Hoffmann, o valor da garantia fica entre 10% e 30% da contratação. Em caso de uso do seguro, o empenho



Dornelles conversa com Gleisi ao lado de Eliseu Padilha, presidente da comissão

dos créditos orçamentários poderá ser feito diretamente à empresa seguradora, que assumirá direitos e obrigações da empresa contratada. O texto permite também que o segurador possa terceirizar a execução da obra paralisada, se o órgão contratante concordar.

Nas obras com valores acima de R\$ 100 milhões, a garantia será obrigatória e de 30% do valor do contrato. O percentual ficará em 10%, caso essas contratações não envolvam alta complexidade técnica, riscos financeiros ou se a apólice inviabilizar a licitação.

No primeiro relatório, não havia percentual mínimo para o seguro. Atualmente, a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) permite a existência de seguro-garantia de até 5% do estabelecido contratualmente ou 10% em obras de grande valor, complexidade e riscos financeiros.

O critério de julgamento por técnica e preço como pré-requisito da contratação integrada — método para permitir que todas as etapas da licitação (projetos básico, executivo e execução) fossem feitas pela

mesma companhia — voltou a fazer parte da Lei 12.462/2011, que instituiu o RDC.

Pelo relatório de Gleisi, o critério será adotado preferencialmente, mas o gestor poderá deixar de usá-lo se justificar a medida.

### Crítica

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi relator do projeto que resultou na Lei 8.666, disse que o assunto merece mais discussão.

— Estamos fazendo um ato absurdamente incompreensível. Um governo em fim de mandato fazendo uma alteração dessa profundidade, esvaziando a fiscalização e a licitação — criticou.

Ele sugeriu que a análise sobre o RDC seja feita a partir da discussão de projeto (PLS 559/2013) em análise no Senado. O texto foi baseado em um relatório aprovado por uma comissão de senadores em dezembro de 2013 para englobar as regras do pregão eletrônico (Lei 10.520/2002), da Lei de Licitações e do RDC em um só texto.

(Da Agência Câmara)

## Verba para áreas de desastre será votada na próxima semana

A votação do relatório da comissão mista sobre a medida provisória que facilita o repasse de dinheiro para áreas atingidas por desastres deve acontecer só na próxima semana. O relator da MP 631/2013, deputado Paulo Foletto (PSB-ES), pediu a ampliação do prazo para apresentação do texto, segundo informou a presidente do colegiado, senadora Ana Rita (PT-ES). A reunião estava agendada para ontem.

A MP, editada no final de 2013, modifica a Lei 12.340/2010 para dispensar a apresentação de projeto para a recuperação de locais em risco ou atingidos por catástrofes. A medida provisória também abre mais possibilidades de ação preventiva contra desastres, entre outros aspectos. Na comissão mista, o texto recebeu 47 emendas.

A MP tem validade até 3 de abril, mas pode ser prorrogada por mais 60 dias. Quando chegar para votação na Câmara, a matéria já vai obstruir a pauta do Plenário. (Da Agência Câmara)

## Análise de crédito para BNDES é adiada para terça-feira

Foi adiada para terça-feira a votação do relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) à Medida Provisória (MP) 628/2013, que autoriza a União a conceder R\$ 24 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos devem financiar projetos de investimento de longo prazo na área de infraestrutura e em outros segmentos considerados estratégicos para o país.

A MP também inclui produtos e serviços no Reintegra, programa do governo federal de incentivo às exportações em que parte dos impostos da venda de produtos industrializados a outros países é devolvida às empresas.

Em seu parecer, Ricardo Ferraço acrescentou novos setores ao programa, como serviços auxiliares de transporte aéreo e produtos de couro curtido de ovinos e caprinos, castanha de caju, sucos e extratos vegetais, melões e melancias.

(Da Agência Câmara)

## Flexa comemora edital para obras no Pedral do Lourenço

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) saudou o lançamento de edital para obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, que impede a navegabilidade do Rio Tocantins num trecho de 42 quilômetros, durante quatro meses do ano.

O senador disse que as obras de derrocamento são produto de “uma batalha” que ele e todos os integrantes da bancada paraense têm travado há bastante tempo.

As obras permitirão que o rio seja utilizado para transporte de cargas, reduzindo o custo do frete e o fluxo nas rodovias, disse o senador:

— Vamos abrir uma via navegável de Marabá até Belém para os produtos produzidos em Marabá, o que também permitirá a instalação da Alpa, a Aços Laminados do Pará.

Flexa informou que a Alpa, indústria que será montada pela Vale, vai contribuir com a geração de 20 mil empregos no estado. As obras foram suspensas em razão dos problemas de navegação.

## Lídice propõe ações de abastecimento hídrico no semiárido

Lídice da Mata (PSB-BA) advertiu para a necessidade de formulação de políticas prioritárias para o semiárido, diante da fragilidade hídrica da região. Ela manifestou a preocupação após o lançamento, nesta semana, do quarto relatório da ONU sobre gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos. Segundo o documento, em alguns locais os cursos d'água poderão perder até 80% do volume na estação seca.

Para a senadora, é necessário ampliar as ações no semiárido visando ao atendimento das múltiplas necessidades do homem da região relacionadas à captação e distribuição de água para o consumo humano.

— É fato que alguns esforços têm sido empreendidos para implantar melhor infraestrutura, com capacidade de disponibilização suficiente de água para garantir o abastecimento humano e animal e até mesmo viabilizar projetos voltados à produção e geração de renda. Todavia, esses esforços ainda têm sido insuficientes para resolver os problemas decorrentes da escassez de água — afirmou Lídice.



Pedro França/Agência Senado

# Texto do TCU sobre dívidas dos estados gera divergência

Renegociação dos débitos com a União, segundo tribunal, pode incentivar novos endividamentos devido à crença de socorro no futuro. Senadores da Comissão de Infraestrutura se dividem sobre a análise

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) discutiu ontem restrições do Tribunal de Contas da União (TCU) à eventual mudança nos índices de renegociação das dívidas de estados e municípios com a União. Para alguns senadores, é preciso haver avanço na votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013, que trata do assunto. Para outros, é preciso resolver antes a questão do pacto federativo.

O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), votou pelo conhecimento e arquivamento do Aviso 56/2013, que trata de acórdão feito pelo ministro do TCU Valmir Campelo. Segundo o relatório de Pinheiro, o acórdão decide informar o Ministério da Fazenda sobre os riscos de uma mudança no indexador das dívidas. Entre os riscos, Campelo destaca o potencial aumento do ônus fiscal suportado pela União, a provável elevação do endividamento federal e o incentivo ao endividamento excessivo devido à crença de um socorro no futuro.

Jayme Campos (DEM-MT) lamentou que o PLC 99/2013 não tenha sido votado no Plenário. Para ele, a maioria dos estados não tem condições de fazer novos investimentos.

Pinheiro afirmou que há uma posição firmada, independentemente do governo,



Collor coordena discussão do relatório de Pinheiro sobre o acórdão do TCU

de concentrar os recursos na União e advertiu que haverá uma lacuna grande se o pacto federativo não for resolvido.

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), disse que, na rediscussão do pacto federativo, haverá uma dificuldade que talvez seja intransponível.

— Quando se fala em reestruturação e isso implica uma redução da arrecadação, mesmo que temporária, isso é falar de corda em casa de enforcado: é proibido — afirmou.

Wilder Moraes (DEM-GO) disse que o maior erro do governo foi deixar que 12 cidades fossem sede dos jogos da Copa do Mundo, pois há falhas de infraestrutura. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou que o Congresso tenha aprovado só o que vem do Executivo.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o PLC 99 vai permitir que estados e municí-

pios se endivitem de novo. Ele disse que vai fazer um requerimento para convidar Campelo para explicar o acórdão.

A CI aprovou requerimento de Collor para que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) seja a política pública a ser avaliada pelo colegiado. Collor concedeu vista coletiva aos relatórios sobre a indicação de Mário Povia e de Fernando José de Pádua Costa Fonseca a cargos de diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A sabatina será no dia 26.

Foi aprovado ainda relatório de Ferraço pela prejudicialidade do PLS 118/2012, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que obriga empresa contratada para obras e serviços de engenharia a fornecer cronogramas físico e financeiro. O relator disse já haver lei e que o problema é a falta de cumprimento.

## Anibal Diniz pede que Receita renegocie dívidas de prefeituras



Anibal Diniz (PT-AC) pede à Receita Federal que encontre uma forma de cobrar dívidas dos municípios sem prejudicar

o funcionamento das prefeituras. Ele explicou que a Receita está retendo de forma automática parte dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios para garantir o pagamento das dívidas.

O senador observou que essa medida está ameaçando a prestação de serviços básicos. Cruzeiro do Sul (AC), por exemplo, recebeu em janeiro apenas R\$ 332 mil dos R\$ 803 mil previstos; em março, em vez de R\$ 525 mil, recebeu R\$ 382 mil. Anibal acredita que municípios de outros estados estejam passando por situação semelhante, daí seu apelo para que a Receita Federal renegocie as dívidas.

## Cidinho Santos defende derrubada do veto à criação de municípios



O senador Cidinho Santos (PR-MT) adiantou que vai votar pela derrubada do veto ao projeto de lei (PLS

98/2002 — Complementar) sobre a criação de municípios. Para ele, não é justo impedir o surgimento de novos municípios, principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Santos acha inadmissível, por exemplo, que áreas como Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira (PA), distante 800 quilômetros da sede, fiquem condenadas a permanecer na condição de distrito.

— Espero o bom senso do Senado, da Câmara e do governo federal para que possamos encontrar solução — disse, ressaltando que defende o respeito às regras que levam em conta a viabilidade da emancipação de um distrito.

## Eduardo Amorim homenageia Aracaju pelos 159 anos



Eduardo Amorim (PSC-SE) lembrou anteontem em Plenário o aniversário de 159 anos de Aracaju. Ele também

destacou a visão “vanguardista e empreendedora” de Inácio Joaquim Barbosa, um dos 55 presidentes da província de Sergipe, que elevou à condição de capital o então povoado Santo Antônio do Aracaju.

Os progressos e inovações trazidos para a capital foram ressaltados pelo senador, como o plano urbanístico pioneiro e as melhorias na segurança pública.

Ele lamentou, no entanto, o atual aumento da criminalidade e apontou a necessidade de resgatar a mesma ousadia e pioneirismo de Inácio Barbosa para enfrentar os desafios. O senador defendeu também reajuste salarial aos servidores.

## Partidos indicam integrantes da Comissão de Orçamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu ontem em Plenário os nomes dos deputados e senadores que integrarão a Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 2014. Ainda falta a indicação de 2 senadores suplentes, 6 deputados titulares e 13 deputados suplentes.

A presidência da comissão, que este ano cabe a um deputado, deverá ser ocupada por Devanir Ribeiro (PT-SP). Os relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) serão senadores.

A CMO é composta por 46 titulares (sendo 34 deputados e 12 senadores) e igual

número de suplentes. A distribuição das vagas segue o critério da proporcionalidade, baseada no tamanho das bancadas. PT e PMDB têm maior número de integrantes. A determinação está prevista na Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, que disciplina o trabalho do colegiado. A norma prevê ainda a instalação da CMO e a eleição da Mesa para 2014 até a última terça-feira do mês de março, data em que termina o mandato dos membros que atuaram ao longo de 2013.

Uma reunião marcada para hoje foi cancelada e novo encontro deve ser convocado para a próxima semana.

### Novos membros

SENADORES TITULARES	SENADORES SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)</b>	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Luiz Henrique (PMDB/SC)
Ana Amélia (PP/RS)	4. (não indicado)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)</b>	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Ângela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2. (não indicado)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
<b>SDD*</b>	
Vicentinho Alves (SDD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)
DEPUTADOS TITULARES	DEPUTADOS SUPLENTE
<b>PT</b>	
Beto Faro (PA)	1. Assis Carvalho (PI)
Devanir Ribeiro (SP)	2. Márcio Macêdo (SE)
Luiz Alberto (BA)	3. Marco Maia (RS)
Pedro Uczai (SC)	4. Reginaldo Lopes (MG)
Waldenor Pereira (BA)	5. Ronaldo Zulké (RS)
<b>PMDB</b>	
Alexandre Santos (RJ)	1. Alceu Moreira (RS)
Geraldo Resende (MS)	2. (não indicado)
(não indicado)	3. (não indicado)
(não indicado)	4. (não indicado)
(não indicado)	5. (não indicado)
<b>PSDB</b>	
Luiz Fernando Machado (SP)	1. (não indicado)
Nilson Leitão (MT)	2. (não indicado)
Rodrigo de Castro (MG)	3. (não indicado)
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PR)	1. Eliene Lima (MT)
Jaime Martins (MG)	2. Roberto Dornier (MT)
Moreira Mendes (RO)	3. Urzeni Rocha (RR)
<b>PP</b>	
Betinho Rosado (RN)	1. Aline Corrêa (SP)
Dimas Fabiano (MG)	2. Lázaro Botelho (TO)
Vilson Covatti (RS)	3. Sandes Júnior (GO)
<b>PR</b>	
Luciano Castro (RR)	1. João Carlos Bacelar (BA)
Milton Monti (SP)	2. João Maia (RN)
<b>PSB</b>	
Alexandre Toledo (AL)	1. Alexandre Roso (RS)
Sandra Rosado (RN)	2. Paulo Foletto (ES)
<b>DEM</b>	
Felipe Maia (RN)	1. (não indicado)
Professora Dorinha Seabra Rezende (TO)	2. (não indicado)
<b>SDD</b>	
(não indicado)	1. (não indicado)
<b>PTB</b>	
Wilson Filho (PB)	1. Arnon Bezerra (CE)
<b>Bloco PV/PPS</b>	
Eurico Júnior (PV/RJ)	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
<b>PROS</b>	
(não indicado)	1. Miro Teixeira (RJ)
<b>PDT</b>	
Félix Mendonça Júnior (BA)	1. Marcos Rogério (RO)
<b>PCdoB</b>	
Daniel Almeida (BA)	1. João Ananias (CE)
<b>PSC</b>	
Silvio Costa (PE)	1. (não indicado)
<b>PRB</b>	
Cleber Verde (MA)	1. (não indicado)
<b>PSOL*</b>	
(não indicado)	1. (não indicado)

\*Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.



Waldemir Moka (D) preside reunião: projeto que cria mecanismos de transparência e prestação de contas vai à Câmara

## Novas regras aumentarão controle sobre gestão do FGTS

Aprovada em votação final na Comissão de Assuntos Sociais, segue agora para a Câmara proposta que modifica a estrutura do Conselho Curador do fundo e estabelece apresentação anual de relatório ao Senado

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem mecanismos de transparência e de prestação de contas aplicáveis ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de regras que democratizam a gestão do fundo. Pela proposta (PLS 49/2012), de autoria do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), dirigentes do Conselho Curador do fundo terão de comparecer ao Senado após os primeiros 60 dias do ano para apresentar relatório de gestão, com informações detalhadas sobre as atividades do período anterior.

A matéria estabelece uma estrutura mais equilibrada para o Conselho Curador, que passa a ter composição paritária da representação compartilhada entre empregados, empregadores e governo. Hoje, a representação do governo supera a dos demais segmentos. Além disso, o projeto transfere a função de gestor ao ministro das Cidades, em substituição ao ministro do Desenvolvimento Social.

Uma das autoridades que devem participar da audiência

anual no Senado é o presidente do Conselho Curador. Esse posto é tradicionalmente ocupado pelo ministro do Trabalho e Emprego, mas o projeto impõe que passe a ser rotativo entre os conselheiros da representação paritária. Também deve comparecer o presidente da Caixa Econômica Federal, órgão operador do fundo, assim como o titular do Ministério das Cidades.

Na audiência, os expositores deverão apresentar os resultados anuais do fundo, bem como o planejamento das ações a serem estabelecidas para os meses seguintes. Ainda pelo projeto, o Conselho Curador passa a ser obrigado a divulgar amplamente os motivos das resoluções e normas aprovadas.

Com a decisão em caráter terminativo na CAS, o projeto segue agora à Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para votação final no Plenário do Senado.

A comissão acompanhou o relatório da senadora Ana Amélia (PP-RS). No debate, ela

criticou resistências ao projeto.

— Por que tanto medo em relação a divulgar informações para quem tem direito a elas? — indagou a relatora, ressaltando que o FGTS é um patrimônio dos trabalhadores.

Em defesa de seu projeto, Bauer observou que a matéria não cria gastos nem promove alterações nos padrões contábeis das contas e do fundo. Do mesmo modo que a relatora, ele salientou que a única finalidade é assegurar transparência. Segundo Bauer, hoje não se tem dimensão clara da aplicação dos recursos do fundo, envolto em “cenário decadente” com respeito aos rendimentos pagos aos cotistas.

No relatório, Ana Amélia ressalta que hoje o maior problema do FGTS é o baixo rendimento dos depósitos. A remuneração das contas vinculadas do fundo corresponde à Taxa Referencial de Juros (TR) mais juros de 3% ao ano, o que torna o FGTS um dos investimentos com a pior remuneração do mercado, abaixo da inflação.

### Avança equiparação da jornada dos dentistas à dos médicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que assegura aos cirurgiões dentistas vinculados à administração pública federal a mesma jornada de trabalho cumprida pelos médicos, de 4 horas diárias e 20 horas semanais. Com uma emenda sugerida pelo relator, senador Paulo Davim (PV-RN), os dentistas poderão optar por jornada de oito horas diárias, nesse caso recebendo salário dobrado.

Para o autor, senador Gim (PTB-DF), hoje existe uma quebra de isonomia entre profissionais da área de saúde que detêm o mesmo grau de especialização. Os dentistas estão submetidos a jornada de 30 horas semanais e os médicos se sujeitam a 20 horas.

A proposta (PLS 184/2013) beneficia dentistas da administração direta, autarquias e fundações. A proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde receberá decisão final.

### Audiência debate fim da profissão de técnico em contabilidade

Hoje, a partir das 10h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) faz audiência pública para debater a extinção da profissão de técnico em contabilidade.

O senador Paulo Paim (PT-RS), ao justificar o requerimento com essa finalidade, disse que há um movimento pelo fim da profissão, mas observou que ele não está convencido sobre a pertinência da decisão. O senador se disse preocupado com a possibilidade, uma vez que defende o incentivo ao ensino técnico.

Para discutir o tema, Paim sugeriu o convite a representante do Ministério do Trabalho e Emprego; ao presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro; ao presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, Daniel Souza dos Santos; ao contador Luís Sérgio da Rosa Lopes; e ao professor de Contabilidade Oscar Lopes da Silva.

## Aloysio muda parecer e acolhe emenda à PEC do Trabalho Escravo

Em uma reversão de expectativas, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) aceitou mudar seu parecer e, em vez de rejeitar, resolveu acolher — como emenda de redação — a emenda de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57A/1999, que permite a expropriação de terras onde haja exploração de trabalho escravo. A matéria retorna agora ao Plenário do Senado para ser submetida a votação em primeiro turno.

A mudança de foco foi suscitada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Convencido de que o conteúdo da PEC 57A/1999 não seria alterado, o que provocaria reexame pela Câmara dos Deputados, Jucá pediu a Aloysio que aceitasse a emenda de Plenário para “clarificar a legislação”.

A emenda acrescenta a expressão “definido em lei” após a menção a exploração do trabalho escravo. Segundo explicou Waldemir Moka (PMDB-MS), que também intercedeu pelo acolhimento da emenda junto ao relator, o acréscimo tem o objetivo de impedir que uma eventual infração trabalhista seja confundida com trabalho escravo.

### Temor infundado

Aloysio acabou cedendo aos apelos após concluir que a inclusão do termo não atinge a “substância” da

PEC 57A/1999. De qualquer modo, manteve a convicção de que o acréscimo da expressão “definido em lei” não vai ajudar a explicitar nada além do que já consta da proposta.

— Persiste a impressão errônea de que o fiscal do trabalho poderia confiscar a terra. A emenda (PEC 57A/1999) não é autoaplicável, em razão do artigo 5º da Constituição, que diz que ninguém poderá ser expropriado de seus bens senão em razão de lei — considerou Aloysio.

A princípio, Aloysio resolveu rejeitar a emenda por considerar o temor infundado. Segundo argumentou, a redação aprovada pela CCJ à PEC 57A/1999 — em junho de 2013 — não só havia eliminado a previsão de expropriação imediata de terras motivada por trabalho escravo, como também condicionava a imposição da pena ao proprietário da terra à regulamentação da prática por lei específica.



Aloysio concluiu que a emenda não atinge a “substância” da proposta

## Polêmica adia votação de transmissão de bancas de jornal

Após um prolongado debate sobre a constitucionalidade da matéria, foi adiada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a votação do projeto que faculta a transmissão a herdeiros das permissões para exploração de quiosque, trailer, feira e banca de jornais. Na presidência da reunião, o senador Anibal Diniz (PT-AC) concedeu vista coletiva da matéria.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), leu relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 137/2013, de autoria do senador Gim (PTB-DF). Pela liderança do PMDB, o senador Romero Jucá (RR) encaminhou favoravelmente à proposta e prometeu empenhar-se para o rápido envio do texto à Câmara, já que a decisão terminativa na CCJ dispensaria o exame pelo Plenário do Senado. Vários interessados na mudança aplaudiam os senadores que se manifestavam a favor.

A discussão, porém, tomou novo rumo com a participação dos senadores que temem a inconstitucionalidade do

projeto. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) reconheceu que estava na contracorrente (vários permissionários de quiosques e bancas acompanhavam a votação), mas considerou o projeto “cristalinamente inconstitucional”. Para Aloysio, o assunto é de competência municipal e o projeto usurpa competência das câmaras de vereadores, opinião compartilhada por Luiz Henrique (PMDB-SC).

Pedro Taques (PDT-MT) pediu vista para tentar encontrar uma fórmula que acolha os direitos dos permissionários e, ao mesmo tempo, não seja considerada inconstitucional.



Projeto de Gim teve parecer favorável, mas votação foi adiada

# Divergências adiam votação de projeto que altera Bolsa Família

Debate sobre proposta de Aécio Neves e voto em separado de Humberto Costa levaram a relatora, Lúcia Vânia, a pedir retirada de pauta

A CONTINUIDADE DAS divergências entre oposição e governistas a respeito de projeto de Aécio Neves (PSDB-MG) que altera critérios do Programa Bolsa Família provocou novo adiamento da votação da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Após o debate, a proposta (PLS 458/2013) foi retirada de pauta a pedido da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), para ajuste de redação.

Tanto para o autor quanto para a relatora, a mudança seria pouco relevante e até mesmo desnecessária. No entanto, essa foi a solução para resolver problema de “hermenêutica” existente no texto, como apontado no voto em separado lido por Humberto Costa (PT-PE). Ele recomenda a rejeição da matéria, sob argumento de que falta clareza. Também diz que o país já conta com políticas públicas para as questões que motivaram o projeto.

— A proposta, por mais bem intencionada que seja, não agrega nada a um programa que já conta com ampla regulamentação e que vem dando certo — afirmou Humberto.

No projeto, Aécio sugere alterações na lei que criou o Bolsa Família (Lei 10.836/2004) para estabelecer que a concessão dos benefícios do programa tenha caráter temporário e não gere direito adquirido. A proposta, que já esteve duas vezes em pauta na CAS, também estabelece que a elegibilidade das famílias seja obrigatoriamente revista a cada dois anos. Caso a condição tenha sido alterada nos seis meses anteriores, o benefício ainda seria mantido por mais seis meses.

De acordo com o autor, a condição volátil da participação da parcela mais pobre da população no mercado de trabalho faz com que um desempregado consiga um emprego, mas não o mantenha por muito tempo. Depois, a família fica sem a renda do trabalho e sem a transferência do Bolsa Família, em virtude



Beneficiários do Programa Bolsa Família: proposta deve sofrer ajuste na redação sobre critérios de elegibilidade e revisão

do desligamento ocorrido. A seu ver, o período adicional de concessão do benefício irá proporcionar ao trabalhador um período de segurança até saber se irá manter a renda num patamar satisfatório para a subsistência da família.

Mesmo avaliando como corretas as premissas que fundamentam o projeto, Humberto afirmou, no entanto, que a solução seria equivocada. Disse que uma interpretação determina que o período adicional seja computado a partir do momento em que se realizaria a revisão de elegibi-

lidade. Outra leitura possível impõe que o período extra seja franqueado após a verificação do crescimento da renda, o que, no limite, não acrescentaria um único dia à validade dos benefícios da família.

Ainda de acordo com Humberto, as condições de fragilidade da família são enfrentadas pelo governo não apenas com o Bolsa Família, mas também, de forma sistemática, por meio de diferentes ações, como as que fazem parte do Brasil sem Miséria. Ele citou ainda o Programa Nacional de Ensino Técnico, que oferece cursos de

qualificação profissional, e a expansão do Programa Saúde na Escola para ampliar o acesso a creches para crianças do Bolsa Família.

Humberto argumentou ainda que regulamento do programa já assegura a possibilidade de a família, ao abrir mão voluntariamente do benefício, poder retornar imediatamente ao cadastro de beneficiários caso volte a se enquadrar nos critérios de renda para a elegibilidade. Quanto ao período de revisão obrigatória, a cada dois anos, observou que também já é matéria constante de regulamento.

## Histórico

Aécio afirmou que os mecanismos de transferência de renda antecedem a chegada do PT ao governo. Disse estranhar “o fato de os petistas estarem buscando impedir maior segurança e tranquilidade para as famílias que dependem do Bolsa Família”.

Para Aécio, há falhas e falta de acompanhamento do programa.

O senador afirmou ainda que, caso o governo cumprisse os critérios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a linha de miséria, o valor per capita de renda familiar para enquadramento no programa já teria sido atualizado para R\$ 88, mas ainda está valendo R\$ 70.

## Críticas afirmam que redação pode causar insegurança

Durante o debate sobre o PLS 458/2013, a relatora, Lúcia Vânia, acusou Humberto Costa de dispensar tratamento político ao projeto de Aécio Neves.

Já Ana Rita (PT-ES) reforçou as avaliações do voto em separado de Humberto e disse que os problemas de redação podem inclusive causar insegurança nas famílias a respeito dos critérios de elegibilidade e de revisão do benefício.

— É criar confusão na cabeça de nossos beneficiários e trazer problemas onde não existem — afirmou.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez um apelo para que, acima de considerações políticas, fossem reconhecidas “as três mais importantes conquistas recentes do país”: a Constituinte, a estabilidade econômica assegurada durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e o processo de inclusão social patrocinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o aperfeiçoamento e a ampliação das políticas de transferência de renda. Em seguida, pediu a continuação do debate da matéria.

## Pedido de vista adia votação sobre federalização do ensino básico



Projeto de Cristovam propõe plebiscito sobre federalização da educação básica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votou a adiar, ontem, a votação de projeto de decreto legislativo de Cristovam Buarque (PDT-DF) que propõe a realização de plebiscito sobre a federalização da educação básica.

A motivação, desta vez, foi emenda de redação do relator, Pedro Taques (PDT-MT),

elaborada com o objetivo de tornar mais clara a pergunta a ser feita ao eleitorado no plebiscito. A questão passou a ser: “O financiamento da educação básica pública e gratuita deverá passar a ser responsabilidade do governo federal?”.

Taques sustentou que a emenda não alterou o conte-

údo de seu parecer, mas Gleisi Hoffmann (PT-PR) considerou necessário novo prazo para reexame da matéria.

O presidente da CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), concedeu vista coletiva do projeto (PDS 460/2013) e já o agendou novamente como primeiro item da pauta de quarta-feira.

## Lídice da Mata apoia greve dos professores da rede pública

A mobilização nacional dos professores da rede pública de vários estados, com manifestação em Brasília ontem, recebeu o apoio de Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora disse que os professores lutam pelo cumprimento da lei do piso salarial, a aplicação dos royalties do petróleo na educação e a urgência na votação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Lídice afirmou que o partido dela está completamente comprometido com as teses defendidas pelos professores. Ressaltou que ela não é defensora “da greve pela greve”, mas apoia a luta dos trabalhadores que buscam uma educação pública de qualidade.

A senadora registrou ainda a participação dela em eventos na Bahia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.



Lídice defende a luta por uma educação pública de qualidade

## João Capiberibe critica descaso com saneamento básico

Para João Capiberibe (PSB-AP), há algo muito errado com o Brasil, porque o país tem a sexta maior economia do mundo, mas a maioria dos brasileiros vive sem esgoto e sem água tratada. Ele fez a advertência ao informar que o Brasil ocupa a posição de número 110 em pesquisa sobre saneamento básico feita em 199 países.

Segundo o senador, o Amapá é um dos estados com pior oferta de serviços de saneamento. Na capital, Macapá, apenas 1% das casas tem esgotamento sanitário.

João Capiberibe atribui a situação a desvios de verbas públicas. Ele afirmou que o Tribunal de Contas do Amapá é responsável por um desvio de R\$ 500 milhões. Esse dinheiro daria para construir a rede de esgoto em Macapá, afirmou o senador.



Segundo o senador, em Macapá apenas 1% das casas tem esgoto

Projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça. Atualmente, avós são responsáveis pelo pagamento quando pais não são localizados

José Cruz/Agência Senado



Autor da proposta, Paim elogiou o substitutivo aprovado na Comissão de Direitos Humanos, em reunião com João Durval

## Avança fim de prisão de avós que devem pensão alimentícia

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que impede a prisão de avós devedores de obrigação alimentícia. O projeto (PLS 151/2012), de Paulo Paim (PT-RS), segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para criança ou adolescente — no caso de separação ou divórcio dos pais ou no caso de pais solteiros que não vivem em união estável —, o pagamento da pensão é obrigação daquele que não tem a guarda. Se o pai ou a mãe não pode efetuar o pagamento ou não é localizado, o menor de 18 anos pode exigir o pagamento dos avós (por meio de ação de “solidariedade complementar no dever familiar”), caso não haja prejuízo do sustento deles. Há ainda a possibilidade de os avós serem acionados

para complementar a pensão.

Segundo Paim, são comuns os casos de avós idosos que acabam sendo presos por causa da inadimplência do filho.

— Não é certo que pessoas de saúde frágil, com grandes gastos com medicamentos, médicos e hospitais, sejam submetidas a esse tipo de humilhação, ainda mais nessa fase da vida. Conquanto seja legítimo o direito do menor de cobrar alimentos dos seus ascendentes, essa obrigação civil não deve chegar ao ponto de constranger o idoso com a ameaça de prisão — justifica Paim.

### Substitutivo

O texto aprovado pela CDH é um substitutivo do relator naquela comissão, Humberto Costa (PT-PE). Ele observou que a proposta original da forma como estava escrita não

apenas impedia a prisão de avós devedores de obrigação alimentícia, como também de pais com mais de 60 anos, devedores de pagamentos de pensão.

— Muitos são os casos dos chamados filhos temporários, que, aliás, tendem a se tornar mais e mais frequentes, haja vista a conjugação dos avanços da medicina com a definitiva inserção da mulher no mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, não se afiguraria judicioso cogitar a priorização dos interesses do genitor, mesmo que idoso, em detrimento dos de seus filhos necessitados — disse Humberto.

Paim elogiou a nova redação e afirmou que o texto aprovado pela CDH contempla os idosos e é mais equilibrado que o original.

## Caixas de assistência poderão ter direito de renovar certificado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que tem por finalidade permitir a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) em favor de entidades que prestam assistência na área de saúde a trabalhadores ativos e aposentados, assim como aos dependentes, sem que os serviços sejam remunerados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto beneficia diretamente as chamadas caixas de assistência, que prestam serviços a categorias profissionais. Com origem na Câmara dos Deputados, a proposta (PLC 125/2013) também atende

entidades que prestem assistência em virtude de acordo definido em convenção coletiva de trabalho ou em decorrência de lei estadual anterior à vigência da Lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

A renovação do Cebas garantirá a essas entidades a isenção de contribuições para a seguridade social, de acordo com a regulamentação de 2009, também conhecida como a Lei da Filantropia. A proposta, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), muda a lei para não prejudicar contratos firmados antes da regulamentação. O projeto segue agora para decisão final em Plenário.

## Casildo quer recuperação de contribuições à Previdência

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu, em discurso ontem, um mecanismo que permita aos trabalhadores aposentados que permanecem na ativa recuperar as contribuições adicionais feitas à Previdência Social.

Casildo lembrou que, em 2011, apresentou projeto que prevê a devolução dos valores adicionais aos aposentados e cobrou do Legislativo uma discussão séria sobre o tema. Para o senador, é preciso fazer justiça aos aposentados que permanecem no mercado de trabalho, observando que muitas vezes eles optam pelo trabalho informal para escapar de contribuições previdenciárias adicionais.



Pedro Franco/Agência Senado

Casildo diz que é preciso fazer justiça aos aposentados ativos

— Sob a alegação de que a medida provocará um comprometedor aumento nas despesas da Previdência, os projetos arrastam-se em sua tramitação. A intenção, velada e ao mesmo tempo cristalina, é sepultar as iniciativas sob a turva fumaça da lentidão do processo legislativo — lamentou o senador.

## Governo discorda de valor de benefício a “soldado da borracha”

Saiu da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a pedido de Gleisi Hoffmann (PT-PR), a Proposta de Emenda à Constituição 61/2013, que aumenta a pensão paga aos chamados soldados da borracha. Esses trabalhadores foram recrutados durante a 2ª Guerra Mundial (1939–1945) para produzir látex para pneus de veículos usados pelas Forças Aliadas.

Anibal Diniz (PT-AC) havia apresentado ontem substitutivo à PEC dos Seringueiros, estipulando pensão mensal vitalícia de R\$ 3.789. Pelo texto, o valor deverá ser reajustado a partir de 1º de março de 2014, nas mesmas datas e pelos mesmos índices dos benefícios da Previdência Social. Além disso, os soldados receberão uma compensação em parcela única, no valor de R\$ 25 mil.

Divergências sobre o valor da pensão estão dificultando a aprovação da PEC, que trata de uma demanda em tramitação

há mais de uma década no Congresso. Gleisi afirmou que o governo concorda com a concessão de benefício, mas contesta o valor. O texto original, da Câmara, fixa a pensão em R\$ 1,5 mil.

Segundo Anibal, o governo admite apenas a indenização de R\$ 25 mil. Pelo substitutivo, essa compensação deverá ser paga sem tributo e poderá ser

recebida por dependentes.

Anibal lembrou que Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou a PEC 556/2002, quando era deputada federal, em que defendia a plena equiparação dos benefícios dos seringueiros aos dos ex-combatentes na 2ª Guerra Mundial, correspondente a R\$ 4,5 mil. O valor chegou a ser sugerido em emenda de

Acir Gurgacz (PDT-RO) à PEC 61/2013, mas a sugestão foi rejeitada pelo relator da CCJ.

— É preciso fazer justiça a esses heróis da pátria. Ainda não lhes foi conferido o que têm de direito em relação à sobrevivência — disse Anibal, recebendo o apoio de Eduardo Braga (PMDB-AM), Jorge Viana (PT-AC) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Viana lembrou que, pelas regras atuais, o benefício pago aos soldados da borracha equivale a dois salários mínimos, enquanto pracinhas que combateram na guerra recebem seis salários mínimos.

Para Vanessa, a medida é necessária porque o governo já se propôs a pagar indenização de R\$ 25 mil, mas quer desvincular as pensões do reajuste do salário mínimo. A senadora explicou que os soldados da borracha fazem parte de um momento muito importante da história mundial, porque, durante a 2ª Guerra, atenderam o chamado do governo e foram para a Amazônia trabalhar na extração do látex para a produção de pneus de veículos usados pelas Forças Aliadas.

— Que se divulgue essa história que é desconhecida do povo brasileiro: morreram muito mais soldados na Amazônia do que lutando no front de guerra na Europa.



Soldados da borracha vão para a Amazônia, entre 1939 e 1945, com a missão de produzir látex para a 2ª Guerra Mundial

Abu-Filmy/Inuz/ArquivoPetersChibliz

# Campanha do TSE voltada à mulher é lançada no Senado

A partir de hoje, emissoras de rádio e TV veicularão mensagens de incentivo à participação feminina na política, conforme previsto na minirreforma eleitoral. Objetivo é reduzir desigualdade no poder

DE CADA DEZ pessoas que ocupam cargos eletivos no Brasil, nove são homens, uma média que faz com que o país tenha um dos piores índices de participação de mulheres nos Poderes Legislativo e Executivo. Com a intenção de mudar tal realidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou ontem, em sessão do Congresso no Plenário do Senado, campanha para incentivar as mulheres a concorrerem a cargos eletivos.

A campanha será veiculada nas emissoras de rádio e TV de todo o país a partir de hoje até 30 de junho, último dia para que os partidos realizem convenções para a escolha dos candidatos que concorrerão às eleições deste ano.

A iniciativa é fruto de emenda incluída pelo Senado na minirreforma eleitoral (Lei 12.891/2013), aprovada pelo Congresso no ano passado. A lei estabelece que, em anos eleitorais, o TSE poderá promover propaganda institucional, em rádio e TV, destinada

a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou a situação de constrangedora, principalmente para um país que tem uma mulher na Presidência da República.

— Como diferentes pesquisas já comprovaram, o Brasil é um dos países com piores índices de participação feminina. Essa realidade mostra que ainda temos um longo caminho a percorrer quando se fala em questões de gênero. Embora sejam a maioria do eleitorado, elas ainda não alcançaram igual representação nas instâncias políticas — disse.

## Posição vergonhosa

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, deu números da sub-representatividade da mulher na política brasileira e lembrou que o país está em 156º lugar em ranking de 188 nações sobre igualdade

de na presença de homens e mulheres nos parlamentos.

— Trata-se de um contraste, algo que gera perplexidade e nos envergonha.

Para a procuradora da mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), existe uma carga cultural sobre as mulheres e a crença de que não gostam de política nem querem ser candidatas.

— É muito comum vermos mulheres falando sobre a luta contra a discriminação, mas não é comum vermos homens falando sobre isso. Esta campanha lançada hoje fará a sociedade refletir sobre a situação — opinou.

Também participaram do lançamento parlamentares, integrantes do Judiciário, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, a procuradora da Mulher na Câmara, Elcione Barbalho (PMDB-PA), e a coordenadora da Bancada Feminina na Câmara, Jô Moraes (PCdoB-MG).



Presidente da CDH, Ana Rita fala com Randolfe Rodrigues na reunião de ontem

## Fundo para combater violência contra mulheres vai ao Plenário

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem texto alternativo a projeto de lei do Senado (PLS 298/2013) que pretende instituir o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A proposta será examinada pelo Plenário.

Elaborado pela comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investigou a violência contra a mulher, o projeto original foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sob alegação de apresentar vício de iniciativa, pois foi proposto pelo Poder Legislativo criando obrigação para o Poder Executivo, o que é proibido pela Constituição.

Porém, a relatora na CDH, senadora Ângela Portela (PT-RR), apresentou substitutivo corrigindo os aspectos que influenciaram a decisão da CCJ de rejeitar o projeto. O

novo texto retira, por exemplo, a alusão aos orçamentos de estados e municípios na composição dos recursos do fundo. O parecer foi lido na reunião de ontem pela relatora da CPMI da Violência contra a Mulher, senadora Ana Rita (PT-ES).

— O substitutivo retira do texto a menção explícita à Secretaria de Políticas para as Mulheres, a fim de que ele não invada competência do Poder Executivo — explicou Ana Rita.

De acordo com a versão acatada pela CDH, o fundo deve atender os objetivos traçados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o disposto na Lei Maria da Penha. A ideia é que os recursos sejam empregados para melhorar os serviços de assistência às mulheres em situação de violência e em prevenção e combate à violência.

## Morte de mulher arrastada motiva debate sobre desmilitarização da PM

A morte de Cláudia da Silva Ferreira, baleada durante ação da polícia militar no domingo em Madureira, na zona norte do Rio de Janeiro, e arrastada pelo carro da PM no caminho para o hospital reacendeu a discussão sobre a desmilitarização das polícias. Em reunião ontem, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou pedido de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para promover audiência pública sobre o tema. A data ainda não foi definida.

O senador observou que o episódio ocorre poucos meses

depois do desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, na Rocinha.

— Casos de Amarildo e Cláudia são fenômenos que ocorrem todos os dias nas favelas pelos excessos cometidos por parte de uma polícia despreparada — disse Randolfe.

A ideia, segundo ele, é avançar no debate em torno da PEC 51/2013, que prevê a desmilitarização das polícias.

A CDH aprovou ainda pedidos para audiências sobre direitos das empregadas domésticas e contratação temporária de reservistas do Exército.

## Rádio Senado terá programação especial em homenagem à população feminina

A Rádio Senado homenageia as mulheres na terça-feira, dia da entrega do Diploma Bertha Lutz no Senado, quando serão agraciadas cinco mulheres que se destacaram na defesa de direitos e nas questões de gênero no país.

Durante todo o dia, os principais programas serão apresentados por mulheres, que também comandarão a mesa de som. Na cobertura das atividades do Senado, a emissora vai priorizar as entrevistas com senadoras.

### Agraciadas com o Prêmio Bertha Lutz em 2014

- **Cristina Maria Buarque**, militante do movimento feminista e secretária da Mulher do Governo de Pernambuco
- **Delaide Alves Miranda Arantes**, ministra do Tribunal Superior do Trabalho
- **Magnólia de Souza Monteiro Rocha**, presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer
- **Maria José Rocha** (Zezé Rocha), ex-deputada estadual da Bahia
- **Maria Lygia Maynard Garcez Silva**, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe.



Vanessa, ministro Marco Aurélio, Renan, ministra Eleonora e deputadas Jô Moraes e Elcione Barbalho no lançamento

## Presidente do TSE quer evitar fraudes

O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, criticou os partidos que aceitam mulheres em seus quadros apenas para cumprir cotas previstas na legislação eleitoral, mas sem lhes dar apoio que permita chances reais de elas serem eleitas. Segundo o magistrado, “o país do faz de conta deve se transformar num país republicano”, observando a ordem jurídica, e o Ministério Público deve ficar atento a possíveis fraudes nas convenções partidárias.

— Lastimavelmente, a visão machista prevalece e surge um filtro nada salutar e pernicioso: as convenções partidárias. O que se tem, salvo exceções, são escolhas de candidatas apenas para cumprimento de uma formalidade. O Ministério

Público Eleitoral estará atento a fraudes na realização das convenções — afirmou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que não basta a indicação de mulheres candidatas: as legendas devem oferecer condições para que elas possam disputar de fato espaços na representação política. Ele ressaltou a possibilidade de sanções a partidos que não cumprem a lei.

— O que puder ser feito do ponto de vista pedagógico para que tenhamos a efetividade da lei deve ser feito — opinou.

Sobre a possibilidade de sanções aos que não cumprem

as cotas, a procuradora da Mulher, Vanessa Grazziotin, acredita haver interferência machista no assunto.

— A gente está cansada de apresentar projetos e emendas que são derrotados porque temos uma maioria masculina no Parlamento. Precisamos entender que isso é uma parte da luta não só das mulheres, mas dos homens também, pois é uma luta pela democratização do país — afirmou.

Com o slogan “Faça parte da política” e a hashtag #vempraurna, esta é a primeira campanha institucional do TSE sobre o tema.

📖 **Livreto Mais Mulher na Política:** <http://bit.ly/livretoMaisMulheres>  
**Programação do Mês da Mulher no Congresso:** <http://bit.ly/mesMulher>  
**Site Mais Mulheres no Poder:** <http://bit.ly/MaisMulheresNoPoder>  
**Especial do Jornal do Senado sobre o tema:** <http://bit.ly/cidadania463>

# Aprovado uso de ação civil para proteger grupos étnicos

Segue para sanção projeto que permite o instrumento jurídico para proteger a honra e a dignidade de segmentos minoritários da sociedade. O texto é um substitutivo à proposta de Abdias Nascimento

O SENADO APROVOU ontem substitutivo da Câmara a projeto que amplia a proteção da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos (PLS 114/1997). O texto estende a ação civil pública à proteção da honra e da dignidade desses segmentos. Agora o projeto segue para sanção.

O projeto foi apresentado em 1997 por Abdias Nascimento, morto em 2011, conhecido por sua luta em prol da igualdade para as populações afrodescendentes. Na Câmara, onde tramitou entre 1998 e 2009, o texto sofreu alterações. O relator, então deputado Manoel Ferreira, constatou que o projeto repetia dispositivos da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985). Assim, optou por simplesmente incluir a proteção aos grupos raciais, étnicos ou religiosos na lei existente.

Nas ações civis públicas, o Ministério Público e outras entidades buscam defender interesses difusos, coletivos



Abdias, autor do texto original, notabilizou-se pela luta em prol da igualdade

e individuais homogêneos, como os dos consumidores. Atualmente, são previstas no caso de dano ao meio ambiente; ao consumidor; a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; à ordem urbanística; e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, além de danos por infração da ordem econômica.

Para o relator do substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), José Pimentel

(PT-CE), a medida será útil para evitar a perseguição a grupos sociais minoritários.

Na mesma sessão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que Paulo Paim (PT-RS) e Lídice da Mata (PSB-BA) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento. O prêmio homenageia os que contribuem para a proteção e promoção da cultura afro-brasileira.

## Senado avaliará resultados da Lei de Cotas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) elegeu ontem a aplicação da lei que institui cotas sociais e raciais nas universidades federais como uma das políticas públicas que serão avaliadas pelo colegiado ao longo do ano. Outro tema que vai merecer atenção especial da CDH é o Programa Juventude Viva.

A Lei 12.711/2012 obriga

universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio a reservarem 50% das vagas para candidatos cotistas. A norma tem que ser aplicada na íntegra até 30 de agosto de 2016.

Já o Programa Juventude Viva é uma iniciativa do governo federal, em parceria com os governos estaduais e municipais, para reduzir a vulnerabilidade

de jovens, em especial os negros, aos homicídios.

— É importante que possamos conhecer os resultados obtidos para saber se realmente avançamos com as cotas raciais e sociais e fazer um balanço dessa implementação. Já temos informações que dão um retrato positivo, mas precisamos acompanhar essa política. Também queremos avaliar o Juventude Viva, que tem uma interface com a Lei de Cotas — disse a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES).

A avaliação de políticas públicas pelo Senado é uma nova prerrogativa da Casa. Para fazer a avaliação, que se estenderá aos impactos das políticas e às atividades-meio de suporte para a execução delas, poderão ser solicitadas informações a órgãos de outros Poderes e da sociedade civil.

## Comissão adia votação sobre mandatos de oito anos no STF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou por tempo indeterminado a decisão sobre o fim da vitaliciedade no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O pedido de adiamento, feito por Pedro Simon (PMDB-RS), teve apoio de Roberto Requião (PMDB-PR), autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/2012, que cria mandato de oito anos.

— Não estamos em condição de votar agora — argumentou Simon, com apoio de Eduardo Suplicy (PT-SP).

O risco de rejeição foi reforçado pelo parecer contrário do relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Para ele, a fixação de mandato poderia comprometer a independência do STF, pois o governo poderia negociar a oferta de cargos ou vantagens. E Jucá considera incongruente retirar dos membros do STF uma prerrogativa dos demais juízes.

Pedro Taques (PDT-MT) achou desaconselhável a fixação de mandato porque o STF não se atém ao julgamento de questões constitucionais.

A cautela foi seguida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Braga (PMDB-AM). Aloysio disse temer a repercussão no sistema jurídico. Braga admitiu a tendência de manter as regras mesmo que instâncias do Judiciário questionem a permanência dos ministros até os 70 anos.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) apoiou a fixação de mandato.

— O exercício continuado no cargo pode colocar uma ideia de domínio e isso não é bom para a democracia.

Requião disse ter procurado montar um esquema de rotatividade dos ministros para evitar excesso de nomeações por um mesmo presidente da República, mas Gleisi expressou dúvidas se o mandato for de oito anos.



Simon pediu o adiamento após relatório contrário apresentado por Jucá

## Suplicy anuncia ato de juízes por eleições diretas em tribunais

Acompanhado do presidente em exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros, Sérgio Luiz Junkes, e da vice-presidente de Interiorização, Nartir Weber, Eduardo Suplicy (PT-SP) divulgou ato programado para o dia 31 em que juízes devem protocolar nos tribunais requerimentos de mudança nos regimentos internos para ampliar a participação nas eleições internas. Hoje, só os desembargadores definem os presidentes e vice-presidentes dos tribunais.

— A realização desse ato político foi escolhida para demonstrar que, após 50 anos

do golpe de 31 de março de 1964, juízes buscam a plena democracia no âmbito do Judiciário, postulando o mais elementar dos direitos, o direito ao voto na escolha dos dirigentes do Poder que integram — disse Suplicy.

As eleições diretas nos tribunais são previstas em propostas de emenda à Constituição apresentadas por Suplicy e por Vital do Rêgo (PMDB-PB). As duas (PEC 8/2012 e PEC 15/2012) tramitam juntas e aguardam relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Lei prevê cotas no ensino técnico e em universidades federais, como a UnB

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Cícero Lucena (3º à esq.) preside audiência que debateu as perspectivas para a Política Nacional de Resíduos Sólidos

## Maioria dos municípios não consegue acabar com lixões

Em audiência pública ontem, convidados apontaram dificuldades dos municípios para assumir os custos de construir aterros sanitários e sugerem tratamento específico para os que produzem mais lixo

DAS CERCA DE 65 milhões de toneladas de resíduos sólidos produzidas por ano nas cidades brasileiras, apenas 4% são recicladas. E a cinco meses do fim do prazo para eliminação dos lixões, estipulado na lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, somente três estados e menos de 10% dos municípios concluíram os planos de gestão, primeiro passo para o alcance da meta.

Os problemas foram apontados por participantes de audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Os debatedores reconheceram ganhos desde a publicação da Lei 12.305/2010, como o aumento das iniciativas de coleta seletiva e a profissionalização das cooperativas de catadores, mas também relataram deficiências que dificultam o cumprimento das metas.

— Achar que acabaríamos com os lixões em quatro anos é pressupor que os municípios detêm a estrutura para adotar

as soluções, mas isso não é a verdade — disse Albino Alvarez, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Ele observou que a grande maioria dos municípios não tem como assumir os custos para, por exemplo, substituir lixões por aterros sanitários. Sem possibilidade de escala capaz de reduzir custos, os pequenos municípios comprometeriam em torno de 15% dos orçamentos para cumprir a meta.

Para o pesquisador, é preciso construir soluções diferenciadas para essas cidades, respeitando as particularidades municipais. Nesse sentido, Ney Maranhão, secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), defendeu um tratamento específico para 25% dos municípios brasileiros que geram 80% do lixo.

— Concentrar nesses 25% significa resolver 80% do tamanho do nosso problema.

Precisamos tratar os desiguais como desiguais, e não querer passar uma régua e considerá-los homogêneos, todos iguais. Temos que trabalhar com ferramentas adaptativas, para nos adequar às realidades locais — disse Maranhão.

Ao concordar, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB), presidente da subcomissão, disse que os grandes municípios que respondem pela maioria do lixo produzido no país reúnem condições financeiras e técnicas para eliminar os lixões e adotar sistemas adequados de gestão de resíduos sólidos.

— Os demais vão precisar de assessoramento técnico e apoio financeiro para se adequar à lei — disse o senador.

Conforme explicou, as dificuldades dos pequenos municípios serão discutidas em audiências públicas que a subcomissão promoverá ao longo do semestre, quando também serão identificadas saídas para que todos consigam dar um destino adequado ao lixo.

### Faltam incentivos e definição de responsabilidades

As soluções, na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), Diógenes Del Bel, devem incluir a definição de responsabilidades pelas ações.

Del Bel cobrou urgência na definição de incentivos fiscais e financeiros para o cumprimento da lei. A destinação dos incentivos deveria levar em conta as desigualdades no país, na opinião de Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Ele mostrou que mais de 70% do lixo gerado no Sul e no Sudeste já conta com destinação adequada, situação inversa no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

### Retorno de descartes pode ser fonte de recursos para municípios

Os debatedores também foram unânimes na defesa de incentivos para a logística reversa, que é o retorno de embalagens e produtos fora de uso a seus fabricantes ou distribuidores, para reaproveitamento ou outra destinação.

Ney Maranhão explicou que esse processo já é adotado para pilhas, pneus e agrotóxicos, estando avançadas as negociações para logística reversa de eletrodomésticos, lâmpadas, medicamentos e óleos lubrificantes.

A estratégia requer um complexo processo de negociação, devido não apenas ao grande número de atores envolvidos, mas também pela heterogeneidade dos elos dentro uma mesma cadeia produtiva, conforme explicou Wanderley Coelho Baptista, da Confederação

Nacional da Indústria (CNI).

Ele disse que uma forma de incentivar o retorno de descartes seria a desburocratização do processo e a desoneração setorial das ações de logística reversa.

A oportunidade de geração de recursos nessa prática de destinação final de resíduos foi ressaltada pelo senador Cícero Lucena, ao final da audiência pública.

— Talvez essa fonte de recursos da destinação final ajude os municípios a gerir os seus custos em relação à questão do lixo — opinou.

O parlamentar anunciou que os próximos debates na subcomissão devem reunir representantes de pequenos municípios que tenham experiências bem-sucedidas de gestão do lixo.

## Pedido de vista adia votação do novo Código do Consumidor

A votação do relatório final da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor (CDC — Lei 8.078/1990) foi adiada para o dia 26, devido a pedido de vista coletiva.

Criada em agosto de 2012, a comissão é presidida pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e tem Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como relator. Os senadores estudaram três projetos de lei (PLS 281, 282 e 283 de 2012), apresentados pela comissão especial de juristas que analisou o tema.

Rollemberg elogiou o trabalho da comissão de juristas e disse que o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, que presidiu a comissão, tem sido um importante interlocutor em temas de interesse da nação. O senador ressaltou que o código é moderno, conhecido até internacionalmente, mas carece de atualização.

— Os avanços tecnológicos transformam as relações de consumo. Mais de 20 anos são uma eternidade — declarou.

Rollemberg explicou que o relatório final vai contemplar o comércio eletrônico (PLS 281/2012) e o superendividamento (PLS 283/2012). Já o projeto sobre ações coletivas (PLS 282/2012) vai “aguardar um momento mais oportuno”.

Ele elogiou a dedicação e o comprometimento do relator.

Ferraço disse que uma das principais preocupações foi não deixar espaços para retrocessos na legislação.

— O comércio eletrônico movimentava quase R\$ 30 bilhões ao ano no Brasil. Um em cada quatro brasileiros costuma comprar pela internet — lembrou.

O relatório, explicou Ferraço, trata do aumento da responsabilidade ambiental da empresa, da restrição ao spam, da ampliação dos direitos de devolução e de mais proteção para o consumidor no comércio internacional. Sobre o superendividamento, Ferraço pede restrições à publicidade de crédito, limites à contratação de crédito consignado e regras mais rígidas para a publicidade destinada às crianças. Ele lembrou que seis em cada dez famílias brasileiras “estão no vermelho”.

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que as relações de consumo atingem praticamente todos os brasileiros, até como relação de dignidade e cidadania. Cyro Miranda (PSDB-GO) agradeceu ao relator o fato de estar aberto ao diálogo e acatar várias emendas. Ele afirmou, porém, que outras revisões do CDC não podem demorar mais 20 anos.



Herman Benjamin e Ferraço conversam na comissão presidida Rollemberg

### Ferraço comunica ao Plenário a apresentação do relatório

Em Plenário, Ferraço explicou que as inovações priorizam a transparência nas relações de consumo e a segurança jurídica no comércio eletrônico. Ele lembrou que o atual Código de Defesa do Consumidor é de 1990, época em que muitas relações de comércio (como o eletrônico, por exemplo) não existiam.

O senador destacou também um outro ponto enfocado pela comissão: o endividamento das famílias.

— Nós incorporamos ao código a figura do crédito corresponsável, ou seja, tem responsabilidade quem faz o crédito, mas tem também responsabilidade quem oferta

o crédito, estabelecendo, inclusive, critério mínimo para a utilização do crédito consignado, não podendo ser utilizado mais do que 30% da renda mínima existencial — explicou.

O relator lembrou que, durante as audiências públicas da comissão, ficou claro que o elevado endividamento da família brasileira está desorganizando as relações familiares.

Após agradecer a colaboração dos juristas que deram as bases para a produção do relatório final, Ferraço confirmou que na quarta-feira o relatório deve ser votado pela comissão.



Tanques em frente ao Congresso Nacional patrulham a Esplanada dos Ministérios, em 1964, após o golpe militar

## Senado exhibe mostra sobre ditaduras no Cone Sul

Exposição *Onde a Esperança se Refugiou*, no Congresso, apresenta material sobre abusos e violência em regimes políticos, com destaque para o golpe militar no Brasil, que completa 50 anos em 2014

O SENADO PARTICIPA dos atos alusivos aos 50 anos do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, em 1964, com uma exposição que honra a memória e resgata a história nacional: *Onde a Esperança se Refugiou*. A mostra será aberta hoje, às 11h, no Salão Negro do Congresso.

Por sugestão de Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, Renan Calheiros — com apoio do Ministério da Justiça e parceria da Universidade de Brasília (UnB) — trouxe para o Congresso a exposição multimídia, organizada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH).

O presidente do MJDH, Jair Krischke, foi agraciado em 2011 pelo Senado com a Comenda

de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Inaugurada em abril do ano passado em Porto Alegre, a exposição será vista pelos turistas que visitarem a sede do Parlamento e pelos estudantes de escolas interessados na apresentação, de forma organizada e didática, dos detalhes e circunstâncias de regimes políticos que disseminaram abusos e violências no Cone Sul do continente pela vala comum da ditadura. Há destaque especial para o regime militar brasileiro, que completa o cinquentenário em 2014.

Organizada e dividida em cinco eixos temáticos, a mostra *Onde a Esperança se Refugiou* abriga a memória daqueles tempos com um acervo de

mais de 2 mil fotos, incluindo o rosto de 366 vítimas da ditadura no Brasil. O material foi recolhido, num minucioso trabalho de pesquisa, no acervo documental do MJDH e do Arquivo Público de São Paulo e em vários arquivos de Buenos Aires, que reúnem material de toda a América Latina.

A mostra inclui também a exibição de filmes de conteúdo histórico e político retratando episódios dos “anos de chumbo” no Brasil e no Cone Sul, entre eles o premiado documentário *Dossiê Jango*, de Paulo Henrique Fontenelle.

A exposição ficará aberta ao público no Congresso até 13 de abril. Depois, segue para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

## Inteligência deve ser fiscalizada permanentemente, diz Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) assumiu ontem a presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, que tem o papel de controlar e fiscalizar o Sistema Brasileiro de Inteligência. O colegiado é formado por três deputados e três senadores, incluindo os presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, que se alternam na presidência do colegiado. O presidente anterior foi o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

A comissão foi regulamentada em 2013. Ferraço disse

que marcará uma reunião nos próximos dias para apresentar um plano de trabalho.

— Consideraremos a votação do último ano, que finalmente deu condição e estrutura para que a comissão possa funcionar em caráter permanente, contínuo, e não apenas em razão de circunstâncias ou situações — disse.

Entende-se como inteligência a obtenção e análise de informações relativas a fatos de influência sobre o processo decisório, a ação governamental, a segurança da sociedade e do Estado.

## Renan recebe presidente do Parlamento da Alemanha

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente do Conselho Federal da Alemanha, equivalente ao Senado naquele país. Stephan Weil (foto), do Partido Social Democrata da Alemanha, esteve também na sessão plenária, onde falou aos senadores.



com os alemães as semelhanças na política dos dois países e o papel dos parlamentos na solução dos conflitos comuns às democracias.

Participaram do encontro Eduardo Suplicy (PT-SP), Eduardo Braga (PMDB-AM), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Waldemir Moka (PMDB-MS), Lídice da Mata (PSB-BA), Paulo Davim (PV-RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Eles debateram

— A democracia permite as divergências. A coalizão no Brasil é uma das mais amplas do mundo, o que nos exige um esforço maior — disse Renan, ao explicar aos colegas alemães as competências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Renan convidou Weil para o 5º Fórum de Presidentes de Parlamentos do G20, marcado para o mês de agosto, em Brasília.

## Audiência pública discute agenda comercial do Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) recebe hoje o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges. O tema da audiência pública é a agenda do Mercosul para este ano.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor do requerimento para realização do debate, elencou os desafios que o bloco econômico terá de enfrentar na atual conjuntura político-econômica, entre eles, os reflexos da crise cambial na Argentina, a influência do Brasil na economia global, tendo em vista as novas relações com a China, e as negociações com a União Europeia.

— Esta será uma boa oportunidade para que possamos aprofundar os debates sobre o Mercosul e conhecer a oferta que estamos apresentando à União Europeia — disse.

Para o senador, a audiência poderá auxiliar o Brasil a avançar o comércio exterior e se preparar para esses importantes desafios.

## Requião convoca senadores para sessão do Parlasul em abril



Vice-presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul), Roberto Requião (PMDB-PR) fez um apelo

ontem em Plenário a todos os membros da Representação Brasileira para que estejam em Montevideú (Uruguai) em 7 de abril para a primeira sessão do ano.

— Estou voltando de Montevideú, onde participei de reunião da Mesa do Parlasul, que decidiu marcar a sessão. Teremos o restabelecimento das reuniões periódicas do parlamento — afirmou.

O senador observou que será necessária a presença de pelo menos 19 dos 37 integrantes da Representação Brasileira para que possam ser aprovadas as mudanças no Regimento Interno que vêm sendo discutidas por um grupo técnico dos países que integram o bloco.

## Figueiró cobra regulamentação da lei dos freeshops



O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou a regulamentação da lei que permite a criação de freeshops

em cidades brasileiras que fazem fronteira com países vizinhos.

Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero, no lado paraguaio, são cidades gêmeas, explicou o senador. No entanto, só a que está no país vizinho conta com um sistema tributário favorável, prejudicando os comerciantes que ficam do lado brasileiro.

A regulamentação depende da Receita Federal e pode estimular a economia das cidades brasileiras nas fronteiras, acredita Figueiró.

— Os paraguaios recebem benefícios que o Brasil podia conceder aos brasileiros e não o faz por razões que, sinceramente, até hoje ignoro — disse o senador.

## Suplicy comemora aprovação de projeto sobre comércio exterior



O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a aprovação pela Câmara de projeto de autoria dele

(PL 4.291/2004) que define regras para o comércio exterior.

A matéria fixa os objetivos, os métodos e as modalidades de comércio com outros países, disse Suplicy. O foco principal, explicou, é expandir mercados, removendo barreiras que impedem a penetração de produtos brasileiros no exterior, inclusive as barreiras resultantes do abuso de legislação *antidumping* e de salvaguarda.

O senador acrescentou que o objetivo é melhorar a posição competitiva do país não só externamente, mas também internamente, ampliando a capacidade dos setores produtivos para gerar empregos.

Como recebeu alterações, o projeto volta a ser analisado pelos senadores.

## Ana Amélia pede volta dos repasses do Proex para empresas gaúchas



A senadora Ana Amélia (PP-RS) pediu que o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e o Banco Central

retomem o repasse de dinheiro do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), cuja suspensão tem prejudicado empresas gaúchas de setores como o de arroz e o calçadista.

O repasse semanal às pequenas e médias empresas exportadoras está suspenso desde 29 de janeiro, lamentou a senadora, ao frisar que muitas empresas dependem do dinheiro do Proex para conquistar novos mercados.

Na região de Novo Hamburgo (RS), com forte atuação do setor calçadista, R\$ 5 milhões deixam de estimular as empresas no mercado externo, o que pode obrigá-las a tomar dinheiro de outras fontes, com juros mais elevados, alertou Ana Amélia.